

Audiência

**Embaixada do Japão no Brasil / Comissão de Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados**

(DRAFT 3)

**Apresentação da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil
&
Rumo ao fortalecimento das relações econômicas
Brasil-Japão no século 21**

Toshifumi Murata, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil

Introdução

Agradecemos imensamente o convite à audiência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e também pela oportunidade de realizar esta apresentação.

[1] SOBRE A CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA JAPONESA DO BRASIL

A Câmara Japonesa é uma sociedade civil de interesse público que possui como suas associadas as empresas japonesas que atuam no Brasil e também empresas locais.

Tem como objetivo apresentar pareceres e propostas consolidadas, relacionadas às atividades empresariais das empresas associadas, aos governos brasileiro e japonês, principalmente Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI) bem como órgãos envolvidos através de 1) troca de informações; 2) intercâmbio pessoal e desenvolvimento profissional mútuo; 3) promoção de comércio e investimentos entre Brasil e Japão.

1) HISTÓRIA DA CÂMARA JAPONESA

A Câmara Japonesa foi fundada em 1926 e o presente ano é um importante marco de 90 anos.

Após um ano de sua fundação, cresciam as perspectivas de desenvolvimento e de grandes atuações da entidade com o aumento de 40 iniciais para 80 empresas associadas. Mas infelizmente a Segunda Guerra Mundial obrigou a interrupção das suas atividades. Após um intervalo de cerca

de 10 anos, ou seja em 1951, retomou suas atividades, e em 1954 passou a denominar-se “Câmara de Comércio Japonesa do Brasil”.

2) NÚMERO DE ASSOCIADOS E ESTRUTURA

Atualmente a Câmara Japonesa possui 360 associados sendo que 230 deles são empresas japonesas.

Podemos conferir que o número triplicou em relação aos anos 1970, quando se iniciou a contabilização do número de associados. Nesta época possuíamos 102 empresas totais sendo 79 empresas japonesas e 23 empresas locais. Após passar os anos 70 no período chamado “milagre econômico brasileiro”, e entrando nos anos 80, o número saltou para 306 associados (215 empresas japonesas e 91 empresas locais).

No topo da estrutura da nossa Câmara está a Assembleia Geral (todos os associados), depois temos 3 Conselheiros

Fiscais, 30 empresas membros do Conselho Diretor, e 13 Diretores Executivos que inclui o Presidente.

No momento de sua filiação à Câmara, todas as empresas associadas devem cadastrar-se em uma das 11 Departamentos Setoriais, de acordo com seu ramo de atividade e setor tais como: Automotivo; Financeiro; Gêneros Alimentícios; e Comércio Exterior.

As 12 Comissões atuam horizontalmente, nos assuntos comuns aos Departamentos Setoriais. Cada Comissão é presidida por um dos Diretores Executivos. As Comissões são: Jurídica; Intercâmbio Nipo-Brasileiro; Relações Institucionais; Fortalecimento de Parcerias com Câmaras Japonesas do Brasil.

Os Departamentos Setoriais e as Comissões possuem papéis comuns, como fornecimento de informações e intercâmbio de pessoas, mas além disso, possuem uma

função importante de realizar diálogo político através da parceria com órgãos públicos e entidades privadas, realizando enquetes e organizando propostas.

Podemos destacar o projeto AGIR, da nossa Comissão de Relações Institucionais que iniciou suas atividades em 2014 com o apoio de órgãos como Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI) e a Japan Chamber of Commerce, que é considerado hoje a mais importante atividade da Câmara Japonesa. Posteriormente o presidente da Comissão de Relações Institucionais, Sr. Matsunaga, responsável pelo AGIR fará uma apresentação detalhada.

3) ATIVIDADES DA CÂMARA E SEUS RESULTADOS

As atividades da Câmara Japonesa são conduzidas essencialmente pelas Comissões e Departamentos Setoriais, baseando nos 3 pilares: **“fornecimento de informações”**; **“Intercâmbio pessoal”**; **“Propostas aos**

governos”, visando a promoção de relações econômicas entre Brasil e Japão e desenvolvimento dos negócios das empresas associadas.

Gostaríamos de destacar aqui 3 dos 6 exemplos de resultados que trouxeram melhorias através do nosso trabalho:

❖ **Redução na alíquota de Preços de Transferência**

Através da parceria com GIE e entidades econômicas brasileiras e Nippon Keidanren e discussão com a Receita Federal do Brasil foi proposta a redução da alíquota do Preços de Transferência (margens entre 20 a 40%, de acordo com cada setor de indústria) resultando na Lei 12.715, promulgado em 2012, contemplando estas mudanças.

❖ **Correção no duplo recolhimento da previdência (contribuição à concretização do Acordo Previdenciário Brasil-Japão).**

Em 2006 foi realizada uma enquete para as empresas

associadas, e o resultado evidenciou os problemas de duplo recolhimento de previdência, que foi levantada pela Câmara. Foi solicitada a correção através da Nippon Keidanren e Japan Foreign Trade Council e Japan Overseas Enterprises Association aos órgãos competentes e em 2012 finalmente foi firmado o acordo entre os dois países.

❖ **Envio de proposta de melhoria das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação)**

Foi criada nos anos 1980, quase na mesma época da criação das Zonas Especiais Econômicas da China. No entanto não tem um modelo comprovado até o momento. Enviamos as propostas construtivas de melhoria do mecanismo das ZPEs entre final de 2014 e janeiro de 2015 para Investe São Paulo e MDIC.

Após o recebimento desta proposta de melhoria, em 30 de junho do mesmo ano, o então ministro Armando Monteiro reconheceu a importância desta, fomos informados de que foi instalada um grupo de trabalho dentro do MDIC sobre o

tema, tendo sido submetido ao Congresso o Projeto de Lei contemplando a possibilidade de criação de ZPE não apenas em áreas remotas, mas em áreas que possuem boa infraestrutura e localização, e a inclusão de prestadoras de serviços no modelo.

No último dia 17 de junho a Sra. Thaíse Pereira, Secretária Executiva do Conselho Nacional das ZPEs (CZPE), responsável pelo tema, realizou uma apresentação sobre o andamento da tramitação deste Projeto de Lei durante o almoço mensal da Câmara Japonesa.

【 2 】 EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS NIPO-BRASILEIRAS

Agora gostaria de citar brevemente os principais acontecimentos que presenciamos nos últimos 60 anos.

① 1ª. onda de instalação de empresas japonesas

A 1a. onda de instalação de empresas japonesas no Brasil

começou, principalmente na década de 1950.

Coincide com a época em que a nossa entidade alterou seu nome para “Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil”.

Em 1956, Juscelino Kubitschek assume a Presidência da República. Entoando o slogan “50 anos em 5”, promoveu ativamente a industrialização e entrada de capitais estrangeiros de países como Japão, Estados Unidos e Alemanha. Foi um período de início das grandes projetos nipo-brasileiros, com a chegada de dezenas de empresas do Japão, de setores diversos como bancos, *trading companies*, indústria têxtil, siderurgia, indústria naval, automotivo etc.

② 2a. onda de instalação de empresas japonesas

Este aconteceu durante o governo militar, período chamado “Milagre do Econômico Brasil”, em que o país chamou a atenção do mundo inteiro, quando se instalaram centenas

de empresas japonesas no país.

Em Abril de 1974 é realizada, no Brasil, a 1ª. Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão (CNI / Keidanren).

Em 1967 a Convenção para evitar a dupla tributação entre Brasil e Japão foi assinada, e esta reformulada em 1978.

O Japão contribuiu e cooperou para projetos nacionais de cooperação econômica de grande porte, principalmente na fundação da Albrás (fundição de alumínio), Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, Projeto Carajás (exploração mineral), Cenibra (produção de papel e celulose 1977), Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER 1979*)

③ Os anos 1980 e 1990 foram duas décadas perdidas para ambos os países.

Transição - ditadura militar para a democracia (1985), Plano

Cruzado (1986), anúncio da moratória (1987), promulgada a nova Constituição (1988). Muitas empresas japonesas encerram suas atividades no Brasil.

Início do governo Collor (1990), liberalização comércio internacional / Acordo Mercosul (1991) / Impeachment e renúncia de Collor (1992) / Início do governo FHC (1995) fim da hiperinflação / Coordena as comemorações do Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Brasil-Japão (1995) / Crise monetária brasileira (1999)

No Brasil, a década perdida de 80, e em outras partes do mundo, especificamente no Japão, a sua economia entra em recessão de longo prazo com o estouro da economia de bolha nos anos 1990, paralisando os investimentos do Japão. Infelizmente neste período muitas empresas encerraram suas atividades no país. Mesmo assim em 1980 o número de empresas japonesas associadas atingiu o ápice de 215 empresas.

④ Anos 2000 até os dias atuais

Mesmo entrando no século 21 o Japão continuou a descender o seu espiral de deflação, sendo a Ásia o foco de seus investimentos. Talvez por este motivo, em 2004 enfim o número de empresas associadas japonesas reduziu para 141 empresas, tendo menos empresas associadas japonesas do que as empresas locais.

Na mesma época o então primeiro-ministro do Japão Junichiro Koizumi realizou uma visita oficial ao país, e em 2005 o então presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Japão. Em junho de 2006 foi adotado o padrão japonês (padrão nipo-brasileiro) para a TV digital no país, que se estendeu também para outros países da América do Sul e parte das nações africanas, dando novas perspectivas às relações nipo-brasileiras.

A crise do mercado *subprime* e quebra do Lehman Brothers

em 2008 trouxe pânico ao mercado mundial, sendo considerado a crise do século. Mas esta crise fez com que o Japão começasse a considerar o Brasil como um destino para investimentos além da Ásia. 2010, com a recuperação em “V” de sua economia, os investimentos japoneses expandiram no Brasil.

Veremos agora a evolução dos investimentos diretos de meados dos 1990 até os dias de hoje.

O investimento direto do Japão no Brasil de 1995 a 2007 (fonte: BACEN) era do patamar de apenas centenas de milhões de dólares anuais.

Mas em 2008, no ano da crise que ocasionou a quebra do banco Lehman Brothers (15 de setembro de 2008), saltou para 4 bilhões de dólares. Em 2009 1,7 bilhão de dólares, em 2010 2,5 bilhões de dólares, em 2011 7,5 bilhões de dólares, em 2012 1,5 bilhão de dólares, em 2013 2,5 bilhões de dólares, em 2014 3,8 bilhões de dólares, em 2015 2,9 bilhões de dólares, apresentando um crescimento estável.

Desde então houve um grande aumento no número de empresas associadas à Câmara Japonesa, atualmente 230 empresas japonesas, a maior de toda a história da Câmara, sendo que este número ultrapassa o ápice atingido no passado de 215 empresas japonesas no período do chamado “Milagre Econômico do Brasil. Em comparação aos anos 60 e 70 ainda a onda é pequena, mas acreditamos que podemos considerar esta a 3ª. onda de investimentos japoneses no Brasil.

【 3 】 Novos passos no fortalecimento de relações econômicas nipo-brasileiras

Como mencionamos anteriormente em 2004 o então primeiro-ministro do Japão Junichiro Koizumi visitou o Brasil, após um intervalo de 8 anos de visita de um premiê japonês. E em seguida o ex-presidente Lula visitou o Japão, em 2005, concretizando as visitas alternadas de Chefes de Estado dos dois países. No entanto, houve mais um longo intervalo,

desta vez de dez anos, quando o primeiro-ministro Shinzo Abe visitou o Brasil, em 2014. Infelizmente a presidente Dilma não pode realizar sua visita oficial ao Japão, embora tenha ido 2 oportunidades, e acabou entrando no afastamento do seu cargo por até 180 dias.

A nós parece que levará um considerável tempo para que o Brasil, saia de sua crise com 4 grandes desafios que são a política, a moral, a crise econômica e epidemia de vírus zika.

Mesmo com estes obstáculos e adiamento de uma reforma estrutural do país, as empresas japonesas continuam possuindo forte interesse em investir no Brasil, conforme podemos constatar pela evolução dos investimentos diretos apresentando anteriormente. Se estas barreiras, mesmo que sejam poucas forem se desfazendo, e o ambiente de negócios forem se tornando mais favoráveis, todos concordariam que o investimento direto aumentaria ainda

mais.

A importância de acelerar a conclusão do Acordo de Parceria Econômica (APE) Brasil-Japão

Para sair de uma das piores crises da história do país, é necessário encarar uma grande mudança. E acreditamos que uma parte dessa mudança pode ser a assinatura do Acordo de Parceria Econômica (APE) Brasil-Japão.

Em 2014, a construção da proposta conjunta de Acordo de Parceria Econômica, foi ratificada entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Keidanren durante a 17ª. Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão realizada em Tóquio. E no ano seguinte em sua 18ª. edição realizada em Porto Alegre foi assinado um Termo de Compromisso sobre o tema. A nossa Câmara, sendo contraparte da Keidanren no Brasil, continuará a apoiar vigorosamente a assinatura deste Acordo de Parceria Econômica (APE) entre dois países.

O APE é uma alternativa em potencial para a dinamização das relações econômicas, possibilitando que “as pessoas, os produtos, os serviços, e o dinheiro” possam circular livremente nos investimentos, no comércio exterior, compras governamentais, proteção à propriedade intelectual, cooperação econômica bilateral etc, estabelecendo regras claras entre os dois países, sem a necessidade de grandes mudanças nas Leis vigentes.

Embora isto obrigue aos dois países realizar a revisão nas suas respectivas estruturas econômicas, assim que for superado, a competitividade econômica elevará rapidamente e terá a vantagem de poder construir uma relação ganha-ganha entre os países.

Portanto, a Câmara Japonesa trabalha unindo as forças com o MDIC para solidificar a melhoria do ambiente de negócios passo por passo, rumo à conclusão do Acordo de

Parceria Econômica, que pode ocorrer num futuro próximo. As atividades do projeto AGIR (Action Plan for Greater Investment Realization) criado e conduzido pela nossa Câmara faz parte desse esforço.

Hoje o Sr. Aiichiro Matsunaga vice-presidente e presidente da Comissão de Relações Institucionais fará a explicação das atividades do AGIR. Gostaríamos de contar com o inestimável apoio e cooperação dos Senhores Deputados aqui presentes.

Obrigado!